

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JAQUELINE AZEVEDO DE AMORIM RÊGO

LIDERANÇAS POLÍTICAS SUL-ASIÁTICAS, REPRESENTAÇÃO E GÊNERO:
Os Casos de Indira Gandhi e Benazir Bhutto

BRASÍLIA

2014

JAQUELINE AZEVEDO DE AMORIM RÊGO

LIDERANÇAS POLÍTICAS SUL-ASIÁTICAS, REPRESENTAÇÃO E GÊNERO:

Os Casos de Indira Gandhi e Benazir Bhutto

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito para a conclusão da disciplina de Dissertação em Relações Internacionais sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Vânia Carvalho Pinto.

BRASÍLIA

2014

JAQUELINE AZEVEDO DE AMORIM RÊGO

**LIDERANÇAS POLÍTICAS SUL-ASIÁTICAS, REPRESENTAÇÃO E GÊNERO:
Os Casos de Indira Gandhi e Benazir Bhutto**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito para a conclusão da disciplina de Dissertação em Relações Internacionais sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Vânia Carvalho Pinto.

Aprovada em 16/07/2014

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Vânia Carvalho Pinto
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Tânia Maria Pechir Gomes Manzur

Prof^a. Dr^a. Sônia Cristina Hamid

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, em nome de meus pais, pela liberdade de sonhar, pela confiança, amor e apoio incondicional. À

Prof^a Dr^a Vânia Carvalho Pinto pela paciência e dedicação de sua orientação.

E aos meus amigos, pelas risadas e incentivos nos momentos em que mais precisei.

LIDERANÇAS POLÍTICAS SUL-ASIÁTICAS, REPRESENTAÇÃO E GÊNERO:

Os Casos de Indira Gandhi e Benazir Bhutto

Resumo: Este trabalho tem como pretensão realizar uma revisão teórica acerca da literatura sobre lideranças políticas femininas no sul do continente asiático, assim como investigar o papel de elementos, ou facilitadores, que encorajam a participação e representação das mulheres na região. Busca-se definir tais elementos que condicionaram o acesso delas à esfera política, discutir cada um deles e apresenta-los por meio de dois estudos de caso acerca da ascensão ao poder das primeiras-ministras da Índia e do Paquistão, Indira Gandhi e Benazir Bhutto, respectivamente. Com a análise de tais elementos, portanto, pode-se defender a importância de facilitadores individuais para a chegada de líderes mulheres em altos cargos políticos. Em conclusão, demonstra-se que o maior peso dado a características e atributos pessoais dessas líderes reflete uma trajetória política altamente elitista e dinástica das mulheres que atingem tais posições de poder.

Palavras-chave: 1. Participação política feminina. 2. Sul da Ásia. 3. Facilitadores. 4. Indira Gandhi. 5. Benazir Bhutto.

POLITICAL LEADERSHIPS IN SOUTH ASIA, REPRESENTATION AND GENDER:
The Cases of Indira Gandhi and Benazir Bhutto

Abstract: This work has the intention to make a theoretical review of the literature about female political leaderships in South Asia, as well as investigate the role of elements, or facilitators, that encourage the participation and representation of women in the region. It also seeks to define these elements that influenced their access to the public sphere, discuss each one and present them through two case studies about the rise to power of India and Pakistan prime ministers, Indira Gandhi and Benazir Bhutto, respectively. By the analysis of such elements, it can be argued the importance of individual facilitators for the arrival of women leaders in high political offices. In conclusion, it is shown that the greater weight given to personal characteristics and attributes of these leaders reflects a highly elitist and dynastic political trajectory of women who reach such positions of power.

Keywords: 1. Female political participation. 2. South Asia. 3. Facilitators. 4. Indira Gandhi. 5. Benazir Bhutto.

SUMÁRIO

Introdução	01
Capítulo 1 – Marco Teórico: Teorias sobre líderes políticas sul-asiáticas	04
1.1 Facilitadores Institucionais	05
1.2 Facilitadores Contextuais	07
1.3 Facilitadores Individuais	09
1.4 Estrutura do Modelo Analítico	12
Capítulo 2 – Indira Gandhi: A influência dos facilitadores na construção da ‘Mother India’	13
2.1 Facilitadores Institucionais	14
2.2 Facilitadores Contextuais	17
2.3 Facilitadores Individuais	18
Capítulo 3 – Benazir Bhutto: O surgimento da ‘Pakistan people’s sister’	23
3.1 Facilitadores Institucionais	23
3.2 Facilitadores Contextuais	26
3.3 Facilitadores Individuais	28
Conclusão	35
Referências Bibliográficas	37

Introdução

A participação política feminina nos países do sul da Ásia tem sido um fenômeno de grande valia no que tange à discussão acerca da sub-representação das mulheres na sociedade. A relevância da participação efetiva delas em todos os âmbitos sociais é, sem dúvida, indiscutível. Elas representam uma grande parcela da população na região sul do continente asiático¹, porém, estão presentes em números bastante baixos nos parlamentos e outros diversos âmbitos de poder local e nacional. Muito se argumenta acerca da ausência das mulheres reforçar o caráter masculino da atividade política, e assim, o incentivo à maior participação delas na arena pública se faz cada vez mais necessário em busca de um quadro plural e representativo da sociedade.

Jayalakshmi Gopalan (2012, p.2) justifica esse aspecto uma vez que o empoderamento delas na arena política pode apresentar o potencial para mudar sociedades: por meio de uma atuação diferenciada, a participação das mulheres pode ter um impacto imediato para elas próprias e crianças, como a promoção e distribuição de recursos na comunidade; além de que sua atuação em negociações de paz e reconstruções pós-conflito se mostra essencial para garantir a segurança e proteção de populações vulneráveis, por exemplo. Tal visão, sem dúvida, defende a ideia da participação feminina como diferenciada no campo político, o que não cabe discutir neste trabalho. Porém, é importante ressaltar que a atuação e presença de mulheres na política já se faz importante por si própria pela questão de representação dos diferentes segmentos da sociedade.

Dessa forma, pode-se apontar o grande número de mulheres chefes de estado e governo no sul do continente asiático como um dado impressionante, tendo em vista a realidade e políticas altamente patriarcais da região e a existência de valores culturais que minam a posição das mulheres como cidadãs. O exercício da atividade política por elas, como visto, é imprescindível, porém alguns outros aspectos presentes em países da região podem pôr em xeque também a atuação efetiva das mulheres: como a formação pós-colonial do Estado; a existência de governos centralizados; desigualdades socioeconômicas; divisões intra-estatais e conflitos baseados em classe, gênero, religião, língua, etnia e casta (True et al, 2012).

¹ Dados do World Bank (2009-2013). Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicador/SP.POP.TOTL.FE.ZS/countries>>.

O sul da Ásia, enquanto uma das zonas mais voláteis do mundo, surpreende, desse modo, com a quantidade de líderes de estado mulheres. Foram elas: Sirimavo Bandaranaike e Chandrika Kumartunga no Sri Lanka, Indira Gandhi e Pratibha Patil na Índia, Benazir Bhutto no Paquistão, Khaleda Zia e Sheikh Hasina em Bangladesh, Gloria Macapagal Arroyo e Corazon Aquino nas Filipinas, e Yingluck Shinawatra na Tailândia (True et al, 2012).

Com isso, é importante ressaltar a existência de uma literatura pouco vasta na área, levando em consideração o grande número de mulheres que adentraram o cenário político sul-asiático em diversos âmbitos da política. A escolha do tema de pesquisa do presente trabalho se justifica, desse modo, por meio de um melhor aprofundamento em tal campo de estudo, assim como o incentivo ao seguimento de mais pesquisas na área.

Compreender como a representação de cada líder política se insere dentro da literatura existente sobre lideranças políticas femininas no sul da Ásia se configura, portanto, como a problemática de pesquisa que guiará a análise proposta neste trabalho. Para tanto, se constitui como objetivo geral, a investigação do papel de elementos que encorajam a participação e representação das mulheres (facilitadores) em cada caso de estudo, discutindo a relevância e o peso de cada um deles. Ainda como objetivos específicos deste estudo, busca-se definir tais elementos que condicionaram o acesso das mulheres à esfera política, discutir cada um deles e apresenta-los em cada um dos casos.

Deve-se ressaltar que a estrutura em questão configura-se a partir da combinação de teorias dentro da literatura no tema. Como estrutura central, tem-se o modelo proposto por Kazuki Iwanaga (2008), elaborado a partir do conceito de facilitadores, categorizando-os em: *facilitadores institucionais*, *facilitadores contextuais* e *facilitadores individuais*. A partir disso, outros elementos apresentados por estudiosos na temática ajudam a compor o modelo, complementando as diferentes categorias estabelecidas pelo autor. Assim, a metodologia utilizada neste trabalho se constitui de pesquisa de natureza qualitativa por meio da utilização, sobretudo, de fontes secundárias.

Com os casos desenvolvidos aqui, procura-se explorar com mais detalhamento a influência dos facilitadores. Assim, serão apresentados dois casos de estudo acerca da ascensão de mulheres ao cargo de primeiras-ministras em dois países da região: Indira Gandhi, premiê indiana nos anos de 1966-1977 e 1980-1984; e Benazir Bhutto, premiê paquistanesa nos anos de 1988-1990 e 1993-1996. É importante destacar que a escolha de tais casos se deu devido à notoriedade das próprias líderes em questão e mesmo à maior

disponibilidade de literatura específica no tema. A trajetória em comum dos países pode ser vista também como um fator que agrega certa semelhança aos casos e contribui para a comparação entre eles². Estes aspectos, no entanto, não esgotam de forma alguma as possibilidades de investigação sobre participação política feminina na Índia e no Paquistão, assim como em diversos outros países vizinhos que tiveram mulheres em posições de destaque na política.

No primeiro capítulo do trabalho, será apresentado o marco teórico utilizado como modelo analítico, retratado pela estrutura de Iwanaga e facilitadores propostos por outros autores, como citado anteriormente. No segundo capítulo, será apresentado o primeiro estudo de caso, relativo à primeira mulher a ocupar o cargo de primeira-ministra na Índia, Indira Gandhi. Nesta seção, serão abordados os facilitadores em destaque na ascensão de tal líder no cenário político indiano, seguindo o modelo analítico proposto anteriormente. Primeiramente, será feita uma breve contextualização acerca da líder, seguida da análise dos facilitadores institucionais e contextuais na realidade indiana e, principalmente, dos facilitadores individuais, que possuirão maior foco neste trabalho.

No terceiro capítulo, discutir-se-á o caso de estudo da primeira-ministra paquistanesa Benazir Bhutto. Serão analisados, da mesma forma, os três tipos de facilitadores propostos, dando maior ênfase aos facilitadores individuais a fim de ressaltar a importância destes e o peso do pertencimento desta líder, assim como Indira Gandhi, a uma elite social e política na sociedade em que vivia.

Por fim, será traçada a conclusão do trabalho com base na análise dos facilitadores estudados nos dois casos apresentados. Busca-se comprovar a relevância dos facilitadores individuais frente aos institucionais e contextuais, devido ao caráter dinástico da política na região sul-asiática. Tal aspecto se apresenta devido ao maior grau de importância de vários aspectos a serem tratados, como os laços familiares, a formação educacional dessas líderes, a experiência política, entre outros.

² Como será tratado mais adiante, a trajetória em comum de Índia e Paquistão diz respeito à colonização britânica, a luta pela independência e posterior divisão dos territórios destes países com o fim da dominação da metrópole.

1 Marco Teórico: Teorias sobre líderes políticas sul-asiáticas

Atualmente é crescente o número de mulheres que adentram o cenário político internacional, algumas atingindo o cargo executivo mais alto em alguns países, como presidentes, primeiras-ministras e líderes de oposição. As lideranças políticas femininas no sul e sudeste asiático são grandes exemplos deste fenômeno, Indira Gandhi (Índia), Sirimavo Bandaranaike (Sri Lanka), Benazir Bhutto (Paquistão), Corazon Aquino (Filipinas), Khaleda Zia (Bangladesh), entre outras. O sul deste continente apresenta um número significativo de mulheres líderes de Estado na política, levantando o questionamento de por que essas mulheres alcançam essas posições de poder nesses países, onde seus direitos, em geral, são menos respeitados e há uma cultura mais forte de subordinação feminina. Ou ainda, questiona-se o que explicaria a ascensão destas em detrimento de seus colegas homens, e mesmo qual seria o contexto em que tal fato ocorre (Fleschenberg, 2008, 2011; Jahan, 1987; Jalalzai, 2004; Jalalzai e Krook, 2010; Omvedt, 2005; Richter, 1991).

Existe, de fato, certa literatura abrangendo tais questões. Conforme enunciam Kazuki Iwanaga (2008) e Gail Omvedt (2005), a ocupação de cargos de liderança política por mulheres representa um paradoxo frente à situação das mulheres em seus próprios países: enquanto constituem aproximadamente a metade da população, estão presentes em proporção muito menor na atividade política como representantes. Com isso, pode-se elencar, por meio do estudo da literatura sobre mulheres líderes de Estado na Ásia, vários fatores e diferentes variáveis que corroborariam para a entrada de mulheres na esfera política. Para o presente estudo, portanto, serão usados tais elementos de diversos pesquisadores da área, a fim de explanar a teoria sobre liderança feminina na Ásia, e assim, tecer uma combinação de seus pensamentos.

A estrutura teórica em que se baseia este trabalho foi apresentada por Kazuki Iwanaga (2008) em seu livro *Women's Political Participation and Representation in Asia*, juntamente com a ideia do conceito de facilitadores que havia desenvolvido anteriormente. A partir de então, as concepções, fatores e variáveis de outros autores e pesquisadores da área servirão de suporte teórico à estrutura apresentada por ele. Iwanaga (1998) apud Iwanaga (2008, p.6) introduz o conceito de facilitadores como “fatores que influenciam positivamente a participação e representação de mulheres na política, [...], referem-se a condições e políticas específicas que facilitam o empoderamento feminino”³. Assim, deve-se ter em mente que a

³ Tradução livre.

existência de facilitadores ajuda a transposição de obstáculos que, em geral, se apresentam às mulheres na política. Sem estes, a liderança política feminina se tornaria, muito provavelmente, irrealizável.

A partir da ideia de facilitadores, Iwanaga (2008) argumenta que existem três categorias principais de facilitadores. Estas seriam os facilitadores institucionais, os facilitadores contextuais e os facilitadores individuais:

1.1 Facilitadores Institucionais

Os facilitadores institucionais, dentro do que argumenta Kazuki Iwanaga (2008), são aqueles que dizem respeito à estrutura política do país, como o sistema eleitoral, a natureza do sistema legal, o papel do Estado, o nível de competição partidária, financiamento de campanhas, etc. É importante atentar-se a tais aspectos no sentido em que estes proporcionam oportunidades para a atividade política de mulheres, dependendo do seu envolvimento nessa estrutura política. Para tanto, o autor subdivide esses facilitadores em outras três categorias, *os facilitadores legais, eleitorais e políticos*.

De acordo com Iwanaga (2008), os *facilitadores legais* concernem à regulação e normas do sistema político que contribuem para a participação feminina na arena política. Isto é, deve-se observar a existência de direitos legais e cívicos que promovam a equidade de gênero, uma vez que em muitos países, até recentemente, mulheres não poderiam votar e possuíam direitos bastante restritos. Desse modo, leis e constituições de países que incentivem a igualdade de direitos e oportunidades para mulheres são uma forma de promover por meio da política uma maior participação de mulheres no mercado de trabalho e diversas instituições. Ademais, os mecanismos com que os indivíduos entram na atividade política devem ser analisados. A elegibilidade de uma pessoa é um dos pilares para o processo democrático de votar e disputar eleição: gênero não pode se apresentar como uma barreira à elegibilidade de indivíduos, assim como os requisitos legais de elegibilidade presentes em determinado sistema político não podem ser obstáculos à entrada de mulheres, por exemplo.

Com isso, um elemento que pode ser destacado no contexto de líderes políticas asiáticas é o fato de que a maior parte dessas mulheres no poder são primeiras-ministras, e em menor escala, presidentes. O sistema político do país, visto como um facilitador legal, ajuda a entender esse aspecto, uma vez que elas partilham o poder em sistemas mistos e de

parlamentarismos, apresentando menor ameaça à dinâmica política e uma autoridade mais dispersa (Jalalzai, 2008, 2004; Jalalzai e Krook, 2010).

Por sua vez, os *facilitadores eleitorais* constituem aqueles que auxiliam o recrutamento legislativo de mulheres, como tipos e regras de sistemas eleitorais e a magnitude de um distrito (Iwanaga, 2008). É de grande importância pensar acerca de um possível impacto do sistema eleitoral sobre as oportunidades para a representação de mulheres. O que se vê na literatura sobre mulheres líderes é que elas estão presentes, em sua maioria, em sistemas de representação proporcional. Embora existam líderes políticas em sistemas de representação majoritária e o sistema eleitoral por si só não garanta a representação de mulheres, aqueles com representação proporcional têm funcionado como facilitadores da entrada feminina em cargos políticos (Iwanaga, 2008; Jalalzai e Krook, 2010; Richter, 1990). Esse aspecto se justifica, segundo Richter (1990), uma vez que os partidos serão encorajados a listar mais mulheres entre seus candidatos se o número de assentos em jogo for grande. Logo, em um sistema com poucas “vagas”, como o majoritário, é menos provável o aparecimento de uma mulher, por exemplo.

Os *facilitadores políticos*, no entanto, referem-se ao nível de democratização e cometimento do Estado e partidos políticos com o progresso das mulheres na vida política. Segundo Iwanaga (2008) é inconclusiva e inconsistente na literatura existente a relação entre o papel da democracia e a entrada de mulheres na esfera política. Ou seja, para ele, o número de assentos ocupados por mulheres não é afetado diretamente pelo nível de democratização de um país. Por outro lado, o papel do Estado, implementando campanhas e políticas para o fortalecimento do posicionamento político das mulheres, é visto como facilitador na mobilização feminina. De forma análoga, os facilitadores políticos também incluem a existência de competição partidária e, segundo Jalalzai e Krook (2010), a ideologia do partido também importa, já que partidos de esquerda tendem a nomear mais mulheres que outros de direita.

As cotas de gênero⁴, de acordo com Dahlerup (2008; 2009), são vistas também como facilitadores, e foram implantadas pela maioria de países no mundo atualmente. A justificativa apresentada para o uso das cotas reflete o contexto desigual e, muitas vezes,

⁴ É importante destacar que as cotas de gênero na política são vistas como medidas *fast track*, uma vez que discordam da ideia de que o desenvolvimento gradual na representação das mulheres ocorrerá somente e automaticamente com um desenvolvimento econômico e melhoria de recursos por parte delas (*incremental track*), que será tratado mais adiante dentro das facilitadores contextuais, por exemplo (Dahlerup, 2008; 2009).

discriminatório em que vivem as mulheres, impossibilitadas de serem ativas na prática política. Dessa forma, apesar de não resolver todos os problemas de inequidade de gênero e não garantirem uma melhora geral na condição das mulheres em um país, as cotas podem ‘balancear’ a política, que é, predominantemente, masculina, incentivando a representação e o engajamento feminino nessa (Dahlerup, 2008; 2009).

A situação em que as mulheres ascendem ao poder também é de grande importância, segundo Richter (1991) e Jalalzai (2008), essas mulheres chegam a tais cargos em contextos de instabilidade política e fraca institucionalização (Jahan, 1987). O ambiente político em que se encontra o país pode ser visto, desse modo, como um facilitador. Com isso, em meio a situações excepcionais de fragilidade do Estado, após um golpe ou assassinato do antigo líder, torna-se tolerável a entrada de mulheres no campo político (Jalalzai e Krook, 2010; Thompson, 2003). Tal situação é bastante recorrente na literatura acerca de lideranças políticas femininas no sul e sudeste asiático. Deve-se atentar que a entrada de mulheres no campo político só foi possível graças a um ambiente de desordem, e muitas vezes, caos político, sendo que elas seriam as figuras de ‘pureza’ a acalmar os ânimos e promover novamente a unidade do governo – mais a frente será discutido o capital moral que mulheres líderes trariam para a esfera política.

1.2 Facilitadores Contextuais

Esta categoria de facilitadores aborda aqueles que se encontram dentro de um contexto mais amplo, em uma estrutura que considera a influência de um meio ambiente externo auxiliando o empoderamento político das mulheres. Os facilitadores contextuais podem ser, de acordo com Iwanaga (2008): *internacionais, socioeconômicos e culturais*. Percebe-se que, da mesma forma que os facilitadores institucionais, os facilitadores contextuais dizem respeito ao impacto de estruturas sobre as oportunidades de mulheres participarem na vida política (Iwanaga, 2008).

Os *facilitadores internacionais* são aspectos do sistema internacional que influenciam o sistema político de um país, contribuindo para o engajamento político feminino, visto que os governos estão constantemente respondendo às demandas e condições propostas pela comunidade internacional. Assim, pode-se ver a adoção de medidas e políticas de igualdade de gênero em muitos países como resposta a movimentos e organizações internacionais de mulheres. Iwanaga (2008) exemplifica esse argumento por meio do estabelecimento pela Organização das Nações Unidas de uma Década da Mulher (1976-85) e mesmo o

acontecimento da Conferência Mundial de Pequim sobre Mulheres em 1995, esta última de grande importância para a implementação de ações afirmativas e políticas de atenção às mulheres. Por fim, organizações de mulheres no continente asiático também são de grande relevância para a promoção do engajamento político feminino na região, como a inserção de cotas, com destaque para o *South Asian Network for Political Empowerment of Women*, e o *Center for Asian-Pacific Women in Politics* (Iwanaga, 2008). No entanto, tendo em vista o escopo doméstico e individual a que se propõe este trabalho, a análise de facilitadores internacionais não será realizada e nem fará parte do objeto de pesquisa nessa ocasião. Deve-se, porém, ressaltar a sua presença também no contexto em estudo, embora a escolha por outros níveis de análise busque não deixar muito amplo o material de possível análise.

Os *facilitadores socioeconômicos* referem-se às condições sociais e econômicas que facilitam a criação de oportunidades ao envolvimento de mulheres na política. Para tanto, é necessário observar diversos aspectos, que segundo o autor, constituem-se como empecilhos à participação política feminina, como o fato de mulheres estarem em um status econômico mais baixo que homens, destas possuírem experiências profissionais mais ligadas ao cuidado e menos aptas à carreira política, assim como estarem menos presentes no mercado de trabalho, entre outros (Iwanaga, 2008). Para Matland (1998) apud Iwanaga (2008, p.15), um nível mínimo de desenvolvimento socioeconômico é preciso a fim de que se estabeleçam condições favoráveis a sistemas políticos *women friendly* e, assim, contribua para a participação das mulheres no mercado de trabalho e na representação política. Isto é, com condições sociais e econômicas mínimas garantidas, as mulheres se farão presentes com mais força no campo profissional e, conseqüentemente, na atividade política (Iwanaga, 2008). Tal fator é justificável uma vez que as líderes políticas asiáticas, por exemplo, são, em sua grande maioria, pertencentes a classes sociais abastadas, em contraste com a enorme população de mulheres em seus países, pobre.

Finalmente, os *facilitadores culturais* concernem a aspectos relacionados à socialização, a religião e os papéis de gênero que operam em uma cultura por meio de atitudes e comportamentos esperados para homens e mulheres. É bastante antiga e enraizada a ideia de existência de determinadas características femininas e outras determinadas características masculinas, assim como a presença de diferentes papéis naturais de homens e de mulheres (Iwanaga, 2008; Okin, 2008). Com isso, vê-se que a ausência da mulher na esfera política, por exemplo, pode ser encarada como algo natural, que não faz sentido a sua própria existência dentro da sociedade já que: o homem sai de casa, trabalha, participa da vida política e

decisões coletivas; a mulher cuida de casa, cuida dos filhos e possui certa dependência do homem, seu pai ou seu marido. Assim, a desigualdade de gênero oriunda da vida privada torna-se desigualdade também na esfera pública e segregação no ambiente de trabalho (Okin, 2008).

Desse modo, para Iwanaga (2008, p.13), “em sociedades asiáticas é bastante comum ver mulheres e política construídas como antíteses”. Esse aspecto pode ser visto, por exemplo, pelos costumes religiosos e padrões culturais que estabelecem rigorosos papéis, estabelecendo comportamentos específicos para as mulheres (Omvedt, 2005). Para Linda Richter (1991), tais fatores se configurariam como a ideologia do patriarcado vigente em determinada sociedade. Um exemplo seria o *purdah*, no caso de países islâmicos: hábito em que as mulheres devem impedir o contato e mesmo serem vistas por outros homens que não sejam próximos, como pai, marido e irmãos, por exemplo (Fleschenberg, 2011; Jahan, 1987). Tal costume torna questionável como essas mulheres adentrariam a esfera política uma vez que com uma conduta tão restrita como a estabelecida pelo *purdah*, não seriam capazes de realizar atividades simples do cotidiano político, como um debate entre colegas ou uma campanha para eleição.

1.3 Facilitadores Individuais⁵

De acordo com Kazuki Iwanaga (2008), os *facilitadores individuais* são características de candidatas e aspirantes à política que as trazem para o processo de recrutamento político por meio de suas motivações e aspectos pessoais. Tais características são diversas, como: qualificações educacionais, experiência política e partidária, conexões organizacionais, tradição política da família, senso de dever cívico, etc. O autor aborda também que estes facilitadores encorajam a participação feminina na política, tendo em vista que as mulheres não são incentivadas a sair da esfera privada, de cuidado, em detrimento de uma vida pública, conforme os papéis de gênero e socialização que recebem – como visto anteriormente.

Dessa forma, para a compreensão da participação de mulheres líderes de Estado na política asiática torna-se relevante a análise da biografia destas (Fleschenberg, 2008; Richter, 1991). Se comparadas a homens na mesma posição política, por exemplo, é possível identificá-las como pertencentes a classes mais abastadas, com formação educacional de altíssima qualidade, advindas de zonas urbanas e de famílias importantes regional ou

⁵ Tradução livre.

nacionalmente (Jahan, 1987; Jalalzai, 2004). É sabido que as líderes políticas asiáticas foram, predominantemente, apresentadas à prática política por meio de suas famílias. O caso típico pode ser descrito como a continuação de verdadeiras dinastias políticas asiáticas: o pai ou marido dessas mulheres, antigo líder no poder, é deposto ou morto e assim são elas que assumem o cargo, representando o seguimento do pensamento de seus entes. A *classe social* é também um aspecto de grande destaque, advindas de famílias de grande poder político, muitas vezes, apresentam condições e oportunidades muito melhores que a grande população (como estudar em renomadas universidades no exterior, por exemplo) (Richter, 1991).

Sendo assim, atribui-se muito peso aos *laços familiares* das líderes políticas asiáticas. Este é um aspecto muito importante para à entrada das mulheres na atividade política formal, uma vez que são colocadas no cargo político de seus parentes. É possível questionar como essas mulheres em um contexto de sociedade extremamente patriarcal, tendo em vista a subalternização feminina nesta, conseguem alcançar tais feitos. O argumento mais aceito e discutido seria o de que o nome da família, a riqueza e a educação transcendem o gênero destas mulheres (Richter, 1991). Por outro lado, de acordo com Jahan (1987), a atuação na atividade política demandaria de alguns aspectos como dinheiro, tempo, habilidade, experiência, patrocínio, contatos e informação. Porém, as mulheres, não possuidoras de nenhum destes, lançariam mão dos laços familiares como ferramenta principal para sua entrada na esfera pública (Jalalzai, 2008, 2004). Por tais razões, mais uma vez, destaca-se o aspecto dos laços familiares como fundamental para entender o acesso dessas mulheres à atividade política, apesar de todas as barreiras existentes nesse meio para elas.

Linda Richter (1991) enuncia ainda como aspectos que concernem à ascensão dessas mulheres ao poder no sul e sudeste do continente asiático fatores como o *estilo de vida feminino* de cada uma dessas líderes e possíveis *experiências de prisões, martírio e associações com movimentos de independência* de seus países. Segundo o argumento dessa autora, o estilo de vida feminino, como facilitador, representaria a forma com que cada uma das líderes políticas asiáticas porta-se frente aos padrões de gênero e comportamentos estabelecidos por valores culturais e religiões de sua sociedade. Um exemplo retratado por Richter (1991) é o fato de que Benazir Bhutto, primeira-ministra do Paquistão, apesar de usar frequentemente, não gostava do véu. Já os fatores experiências com prisões e mesmo martírio, de acordo com Richter (1991) podem ser identificados como facilitadores no sentido em que tais mulheres representam uma grande dor e comoção para a sociedade ao verem seus parentes, pais e esposos, em tais situações. Isso auxiliaria uma maior mobilização e apoio

social em prol do envolvimento destas na política. Por fim, o aspecto de associações com movimentos de independência em seus países também constitui um facilitador tendo em vista o processo de independência recente de muitos países no sul e sudeste do continente asiático, em que participaram muitas mulheres, o que gera uma importante experiência e *know how* político para parte dessas líderes.

Desse modo, a falta de alguma *experiência política* poderia, à primeira vista, representar um entrave para estas (Jahan, 1987; Thompson, 2003), mas é também utilizada para ganhar simpatia popular pelo parentesco com o antigo líder, se mostrando como uma forma mais *soft* destes (Jahan, 1987; Thompson, 2003). Assim, para tanto, busca-se também construir um discurso de integração por meio da liderança feminina em situações de instabilidade: as mulheres, ao evocarem valores da família, seriam responsáveis pela unidade nacional de facções políticas e grupos de divergência no país (Fleschenberg, 2008; Jalalzai e Krook, 2010; Richter, 1991; Thompson, 2003). Os estereótipos de gênero, dessa forma, também podem ser amplamente vantajosos, anunciando-as como mães e irmãs da nação na atividade política (Jalalzai e Krook, 2010; Thompson, 2003).

Com isso, destaca-se um ponto importante na distinção da atividade política destas mulheres e, tradicionalmente, dos homens que ocupam a mesma posição no governo é o capital moral que estas carregariam. Para Richter (1991), este ponto de vista traz a experiência feminina como diferenciada no campo político. As mulheres possuiriam uma imagem limpa, acentuando a honra da família acima de tudo (Jahan, 1987; Richter, 1991), seriam ainda incapazes de cometer crimes e mesmo incorruptíveis, uma vez que trariam virtudes da esfera doméstica para a esfera pública, política (Fleschenberg, 2008; Jalalzai, 2008; Richter, 1991; Thompson, 2003).

Para Kane (2001) apud Derichs e Thompson (2013, p.16), o capital moral refere-se a “valores ou virtudes específicas que influenciam outros a conferir prestígio, respeito, lealdade e autoridade para um ator político ou representante, podendo ser usado como recurso para mobilizar objetivos, atividades e suporte políticos”⁶. Assim, o uso estratégico desses valores e virtudes, com vistas a fins políticos, se torna mais importante que sua relativa abundância, pois é preciso saber, sobretudo, utilizar estes a seu favor, assim como manipular a percepção do público sobre eles de forma a apresentá-los como algo positivo. Desse modo, o capital moral, no caso das mulheres políticas sul-asiáticas, serve para legitimá-las enquanto pessoas

⁶ Tradução Livre.

diferenciadas na política muitas vezes, assim como desarmar seus oponentes com base em um discurso de relação entre princípios éticos e papéis de gênero.

Por fim, a análise da literatura existente sobre liderança política das mulheres no sul e sudeste asiático, juntamente com a compreensão de seus facilitadores e uma definição operacional do conceito de interesses das mulheres são fundamentais para o desenvolvimento dos estudos de caso das líderes a seguir. Os casos de Benazir Bhutto e Indira Gandhi possuem grande destaque na literatura asiática acerca de lideranças políticas femininas, e serão abordados em seguida baseando-se na estrutura teórica apresentada. Para tanto, é importante justificar a escolha de pesquisa com ênfase nos facilitadores individuais, apresentados no modelo analítico. Tal opção se faz coerente uma vez que a literatura em que se baseia este trabalho já pressupõe que os outros tipos de facilitadores, institucionais e contextuais, são importantes incentivadores da participação política de mulheres, porém, se mostram insuficientes e mesmo fracos para atingir tal objetivo.

Estrutura do Modelo Analítico

FACILITADORES



2 Indira Gandhi: A influência dos facilitadores na construção da ‘*Mother India*’

Indira Priyadarshini Gandhi nasceu em Allahabad, norte da Índia, no dia 19 de novembro de 1917. Indira é parte de uma dinastia na política indiana, filha de Jawaharlal Nehru, primeiro-ministro indiano de 1947-1964, e neta de Motilal Nehru, ativista na luta pela independência e líder do partido do Congresso. Indira tornou-se primeira-ministra da Índia em dois períodos: de 1966-1977, e de 1980-1984.

Indira Gandhi foi a primeira mulher a ocupar o cargo de primeira-ministra da Índia. Com a morte de seu pai, Jawaharlal Nehru, Lal Bahadur Shastri⁷ ocupou seu lugar, governando o país até 1966, quando faleceu, deixando novamente vago o cargo. Assim, em 19 de janeiro de 1966, Indira foi eleita primeira-ministra indiana, tomando posse cinco dias depois. Para muitos colegas de partido, a escolha de Indira para tal posição se deveu ao fato de ser considerada facilmente manipulável, uma figura ‘sem graça’ e sem ambições políticas, que atendia de forma satisfatória às diferentes facções e divisões da política do país (Jayakar, 1992; Hellman-Rajanayagam, 2009, 2013).

No entanto, é relevante destacar que tal visão acerca de Indira não se confirmou durante seu primeiro mandato, o que pode ser justificado, posteriormente, com sua reeleição nos anos de 1971 e mesmo de 1980 – após o período de Emergência⁸. Assim, para muitos, por não se comportar como uma “mulher”, Indira implementou medidas severas e polêmicas em seu governo. Entre elas, destaque para: a nacionalização de bancos, em 1969; a condução de uma guerra contra o Paquistão pela independência e reconhecimento de Bangladesh, em 1971; a proclamação do estado de Emergência no país em 1975, com a imposição de um regime de suspensão de direitos e liberdades civis, censura e prisões; e mesmo a política de controle de natalidade da população via vasectomias forçadas, em 1976-1977.

Já no fim de sua vida, apesar de acusada e condenada por corrupção, fraudes eleitorais e pelos excessos do período da Emergência, Indira voltou ao cargo de primeira-ministra depois de onze anos no poder, governando o país de 1980-1984. Contudo, em 31 de outubro de 1984, aos 66 anos de idade, a líder foi assassinada por seus guardas pessoais ao caminhar

⁷ Shastri, assim como Zulfikar Ali Bhutto, foi uma importante figura política na luta pela independência indiana. Foi também líder do partido do Congresso e segundo primeiro-ministro da Índia.

⁸ A Emergência refere-se ao período de quase dois anos, de 1975 a 1977, em que Indira Gandhi declarou a suspensão da Constituição e de direitos individuais na Índia, com a imposição de censura nos meios de comunicação e o aprisionamento de vários adversários políticos. O estado de sítio em que se encontrava o país foi estabelecido pela primeira-ministra indiana com a justificativa de que havia ameaças à segurança interna do país, embora na verdade, tenha sido uma tentativa de se manter no poder por mais tempo, uma vez que foi acusada de crimes eleitorais à época de sua reeleição, em 1971.

pelo jardim de casa. Após sua morte, seu filho mais velho Rajiv imediatamente tomou posse do cargo, continuando a dinastia Nehru/Gandhi na política indiana.

A seguir será apresentada a análise dos facilitadores no caso de Indira Gandhi. Desse modo, para compreender a ascensão da premiê indiana na política é necessário observar atentamente a existência e atuação de alguns elementos em sua trajetória pessoal e profissional, além de uma breve investigação sobre o quadro institucional e contextual indiano.

2.1 *Facilitadores Institucionais*

Sabe-se que a Índia representa hoje a maior democracia do mundo. Sendo que grande parcela da população e do eleitorado indiano é de mulheres, cabe questionar e observar como a estrutura política do país está construída a fim de favorecer a entrada delas. Nesse caso, para compreender também a chegada da primeira mulher no cargo político mais alto da Índia é importante resgatar normas, direitos e sistema político na ocasião, analisando seu funcionamento como *facilitadores institucionais*.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1947, a Índia torna-se, depois de muitos anos de luta, independente da dominação britânica – que acabou por dividir sua colônia em dois países de maiorias religiosas distintas, Índia (hindu) e Paquistão (muçulmano). A nova democracia é marcada então por sua constituição, no ano de 1950, que institui o federalismo parlamentarista e a divisão das esferas de governo em união, Estados e cooperantes (Mehra, 2007).

No que concerne à discussão proposta dentro dos *facilitadores legais* sobre o sistema político do país (Jalalzai, 2008, 2004; Jalalzai e Krook, 2010), pode-se atentar para o fato de que na Índia, como um regime parlamentar, existe a separação entre os cargos de presidente e primeiro-ministro. Embora na literatura sobre mulheres líderes políticas no sul e sudeste asiático seja recorrente citar tal divisão como uma forma de minar o poder político conferido às mulheres, o que se observa no caso indiano é o contrário: a divisão favorece o controle pela líder política mulher no caso de Indira Gandhi. Tal aspecto se justifica uma vez que, segundo Mehra (2007, p.76), no sistema político indiano, “o presidente [...] é o chefe cerimonial de Estado e funciona constitucionalmente apenas com a ajuda e a recomendação do conselho de ministros chefiado pelo primeiro-ministro”, e este último, de fato, é governador do Estado,

com competência para dissolver a assembleia legislativa, um governo estadual eleito, entre outros.

A constituição indiana determina também direitos iguais para todos os cidadãos, garantindo o sufrágio universal adulto. Desse modo, não há restrições formais ao voto de nenhuma classe, casta ou estrato social, sendo que por meio de ações afirmativas, busca-se incentivar a participação efetiva dos mais diversos grupos e cidadãos. Desde a independência indiana, por exemplo, as mulheres foram capazes de votar em todas as eleições (Mehra, 2007). Como afirma Kaushik (2013), elas possuem um duplo papel, como eleitoras, constituindo aproximadamente metade da população na Índia, e como representantes, com um número que variou entre 4 e 12% desde a primeira eleição, em 1951, até recentemente. Desse modo, essa ínfima participação feminina no parlamento indiano deve ser destacada para que se tente reverter esse cenário para uma representação mais coerente com a realidade social da população indiana.

Outra característica importante é a falta de menção sobre e regulação dos partidos políticos na constituição da Índia. Segundo Mehra (2007, p.77), esse fato “criou uma quantidade desconcertante de partidos, mas proporcionou também uma plataforma de representação para todos os segmentos da sociedade”. Esse elemento, enquanto *facilitador eleitoral*, pode facilitar a participação de alguns grupos religiosos e algumas minorias na política indiana, porém, no que tange à sub-representação de mulheres ainda se apresenta bastante fraco. O que pode se observar com relação ao empoderamento de mulheres nos principais partidos políticos na Índia ainda é, de forma débil, a existência de alas femininas, mas que não representam, de fato, a inclusão delas na tomada de decisões ou gerenciamento dos partidos, sendo que ficam relegadas a cuidar de temas que seriam de ‘interesse feminino’, como estupros e dotes, cuidado e bem-estar das crianças e família, etc (Gupta, 2011).

O sistema eleitoral indiano se apresenta como *facilitador eleitoral* também na medida em que se configura a partir do princípio de representação proporcional. De acordo com Lijphart (1996), sistemas pluralistas ou outros métodos majoritários tendem a super-representar maiorias e grandes partidos em detrimento de partidos pequenos e minoritários. Dessa forma, na Índia se verifica uma estrutura eleitoral fomentadora da participação de muitos estratos, castas, classes, etnias e crenças na atividade política.

Por outro lado, funciona como *facilitador político* o grande incentivo que é dado à participação delas na política por meio do movimento de mulheres criado à época da luta pela

independência indiana. Nesse período, as mulheres eram convocadas a saírem de suas casas para fazerem parte de protestos e boicotes contra o governo, fechando lojas e provocando sérios problemas para os interesses econômicos britânicos. Mulheres de todas as castas e crenças tomaram as ruas e centenas delas foram presas (Allwood e Wadia, 2004; Gupta, 2011; Jayakar, 1992; Kaushik, 2013). Mahatma Gandhi as incitava a apoiar a causa de liberdade do país, defendendo a existência de um papel revolucionário das mulheres: “*if nonviolence is the law of our being, the future is with women*” (Jayakar, 1992, p.25). Com isso, o encorajamento à participação política delas tem uma longa trajetória, desde a luta independentista até os dias de hoje.

A questão das cotas de gênero, ou reservas de assentos para mulheres, nas mais diversas esferas do governo é, sem dúvida, um tema ainda bastante discutido na literatura sobre representação política na Índia e em todo o mundo. Embora, na atualidade seja também um *facilitador político* de grande importância para a participação feminina na política indiana, sua aprovação e implementação no país se deu um pouco tardiamente – não correspondendo, por exemplo, ao período em que Indira Gandhi ascende ao poder. A primeira proposta de cotas para mulheres no parlamento teria sido apresentada ainda no ano de 1946, mas rejeitada por se considerar suficiente a garantia de igualdade de direitos entre homens e mulheres na constituição que viria anos depois. A partir de então, o tema passou a ser discutido várias vezes durante muito tempo no país, sem que se chegasse a um acordo entre aqueles que consideravam as reservas uma medida que encoraja a participação feminina e outros que as viam como forma de discriminação. No fim da década de 1980 e começo da década de 1990, alguns poucos estados indianos introduziram leis de cotas de gênero, representando uma iniciativa para a implantação das mesmas em outros âmbitos governamentais – em 1993, por exemplo, os conselhos municipais e *panchayats*, unidades de governo local, já tinham reserva de um terço para as mulheres. Finalmente, no ano de 2008, uma emenda à constituição estabelece também reserva de um terço de todos os assentos para mulheres na *Lok Sabha*⁹ e assembleias legislativas estaduais (Allwood e Wadia, 2004; Gupta, 2011; Kaushik, 2013).

A situação política interna no país também pode se configurar como um *facilitador político* relevante. Dentro da literatura especializada, uma situação caótica e de desordem na política favoreceria a entrada ‘excepcional’ de mulheres no poder (Richter, 1991; Jahan,

⁹ O parlamento indiano é composto por duas casas: a *Lok Sabha* e a *Rajya Sabha*. A primeira é considerada a mais baixa, ou a casa do povo, em que os representantes são eleitos diretamente pelo voto popular. Já a segunda é considerada a casa mais alta do parlamento, tendo seus membros nomeados pelo presidente da Índia e eleitos por assembleias estaduais e territoriais (Mehra, 2007).

1987; Jalalzai, 2008; Jalalzai e Krook, 2010; Thompson, 2003). Essa conjuntura se faz verdadeira no caso da primeira-ministra Indira Gandhi, por exemplo. Indira teria entrado no cargo de primeira-ministra em uma época bastante crítica, ou mesmo de crise política e econômica no país: o Congresso encontrava-se dividido em diferentes facções em ocorrência da guerra contra a China em 1962 e da disputa pela liderança com a morte de Nehru; uma seca severa assolava o país juntamente com o fantasma da fome, ocasionando uma série de motins na região de Kerala; algumas tribos no nordeste da Índia se rebelavam; havia a demanda pela separação do estado do Punjab pela população residente da região; ocorrência de protestos nas ruas pelo fim do abate de vacas; etc (Hellman-Rajanayagam, 2009; Jayakar, 1992; Mehra, 2007).

2.2 *Facilitadores Contextuais*

Por muito tempo, e até aos dias de hoje, o contexto *socioeconômico e cultural* em que se encontra a população feminina indiana revela uma grande disparidade com relação aos homens, tanto no ambiente político – em que elas estão minimamente representadas no poder – mas também em outros âmbitos, como o mercado de trabalho, religião, etc. De acordo com Iyer et al (2012), as mulheres estão significativamente em desvantagem quando se trata de indicadores de desenvolvimento humano, por exemplo. São elas que possuem menor taxa de alfabetização, maior vulnerabilidade à violência, fome e pobreza, assim como menores condições e oportunidades de empoderamento na política e no mercado de trabalho.

Na Índia, como em todo o mundo, discute-se a existência do problema de ‘feminização’ da pobreza. Como retrata a UN WOMEN (2013) em seu relatório, as mulheres sofreriam mais que os homens com o problema da pobreza, uma vez que são elas as responsáveis pela manutenção da casa e cuidado dos filhos, sendo que, muitas vezes, ainda trabalham fora, apresentando uma rotina mais intensa e extensa de trabalho. Tal aspecto se justifica ainda com a visão ultrapassada de que as mulheres são consideradas cidadãs de segunda classe pela família e sociedade (Kaushik, 2013), o que torna a situação de mulheres idosas, viúvas e deficientes, por exemplo, ainda mais vulneráveis.

O fato de que elas não possuem os recursos necessários para entrar e competir na esfera política (Jahan, 1987; Kaushik, 2013), por exemplo, se explica de maneira bastante clara dada a ausência de oportunidades e condição diferenciada imposta pelo próprio gênero. Elas atribuem sua posição inferiorizada à falta de educação e aos baixos níveis de alfabetização que as impedem de encontrar trabalhos apropriados e conseguir independência

financeira. De referir também o excesso de responsabilidades e deveres domésticos que impossibilitam de atuar em outras áreas com crescimento pessoal e profissional; o medo da violência moral e, principalmente, física na esfera pública (além da sofrida em casa, na maioria das vezes); e a desigualdade nas oportunidades e salários no mercado de trabalho (UN WOMEN, 2013).

É importante ressaltar que com a dominação e a colonização britânica, independência, movimentos sociais de mulheres, entre outros aspectos, o papel da mulher na sociedade indiana mudou ao longo dos anos e se modernizou. A imagem da mulher preparada desde seu nascimento para o casamento e a subordinação ao homem, seja ele seu pai ou seu marido, se transformou em grande medida para muitas mulheres indianas – que hoje possuem certa liberdade para trabalhar, por exemplo. Porém, deve-se enfatizar também que esta imagem continua sendo a realidade de uma considerável parcela da população (Forbes, 2007; Modak, 2011). Na Índia, plural e com toda sua diversidade étnica, linguística e social, aspectos como classe, casta e religião devem ser levados em consideração mesmo na questão de como a cultura influencia o comportamento político das mulheres.

Com isso, deve-se atentar ao fato de que muitos dos aspectos abordados aqui não se fazem presentes no caso de Indira Gandhi. Como citado anteriormente, os facilitadores institucionais e contextuais apesar de promoverem a apresentação da conjuntura política e socioeconômica na Índia, mostram-se como um argumento fraco para a explicação da chegada da líder indiana ao cargo de primeira-ministra. Tal ponto se justifica uma vez que a premiê se diferencia da população feminina em geral por representar uma realidade distinta como membro de uma elite política na sociedade indiana. A seguir, com a análise dos facilitadores individuais, será possível compreender essa situação.

2.3 Facilitadores Individuais

Com a análise dos *facilitadores individuais* no caso de Indira Gandhi, é possível identificar características pessoais da primeira-ministra indiana que auxiliaram sua ascensão ao poder. Assim como propõe a literatura sobre lideranças políticas femininas no sul da Ásia, cabe destacar no presente caso a existência de facilitadores como os laços familiares, classe social, formação educacional, estilo de vida feminino, experiência política, associação com movimentos de independência, martírio, prisões e capital moral. Estes aspectos reúnem elementos da trajetória pessoal de Indira, que, em alguma medida, ajudarão a compreender a

possibilidade de envolvimento político desta tendo em vista uma realidade, vista anteriormente, que não incentiva a participação de mulheres.

O primeiro facilitador que é ressaltado com bastante frequência por muitos estudiosos da área é, sem dúvida, a questão dos *laços familiares*. De acordo com Dagmar Hellman-Rajayagam (2013, p.28) “na Índia, a sucessão dinástica feminina parece estar fortemente arraigada por agora – não somente no mais alto nível da política, mas também em estados individuais”.

Assim, como muitas mulheres que chegaram à posição de primeiras-ministras, presidentes e líderes de oposição em seus países nessa região asiática, Indira Gandhi fez parte de uma longa dinastia. Filha e neta de ativistas na luta de independência da Índia, Indira teve contato desde pequena com muitas figuras políticas importantes (devido a ocorrência constante de várias reuniões políticas e do movimento de independência em sua própria casa, por exemplo). Jawaharlal, seu pai, e Motilal Nehru, seu avô, representaram grandes nomes da resistência indiana contra o colonialismo britânico. Além disso, participaram ativamente na construção do partido do Congresso (Congresso Nacional Indiano) em 1885, sendo este até os dias de hoje um dos partidos mais influentes no país. Ambos foram eleitos presidentes de tal partido, sendo que Jawaharlal se encontrava à frente deste durante a conquista de independência indiana em 1947, sendo eleito, em seguida, o primeiro primeiro-ministro da Índia independente (Jayakar, 1992; Janapathy, 2005).

Sabe-se que durante os últimos anos de vida de Jawaharlal, Indira esteve ainda mais envolvida com a atividade política e as responsabilidades de primeiro-ministro, uma vez que passou a acompanhar seu pai em viagens oficiais nacionais e internacionais, assim como aconselhá-lo em diversas ocasiões (nota-se, por exemplo, que Indira o acompanhava devido suas preocupações com seu estado de saúde). O que se vê, desse modo, é que a participação política de Indira tem raízes em sua vivência familiar e, de fato, muitos questionam se Jawaharlal Nehru estaria preparando a filha para sucedê-lo no poder, que, ao que tudo indica não seria verídico (Gupte, 2009; Jayakar, 1992; Janapathy, 2005).

Outro aspecto de grande destaque é a *classe social* dessa líder. Como já visto na literatura, em geral, as mulheres que ascendem ao poder pertencem a classes sociais mais abastadas, apresentando mais oportunidades e condições melhores que grande parte da população (Jahan, 1987; Jalalzai, 2004; Richter, 1991). Indira Gandhi, dessa forma, não foge à regra. Ainda criança realizou diversas viagens dentro e fora de seu país, gozou de grande

fartura em sua casa, assim como estudou em boas escolas na Índia, Suíça e Itália. Com esse último elemento, cabe ressaltar outro facilitador no caso de Indira Gandhi, sua *formação educacional*. É indubitável a influência que o histórico acadêmico de Indira e de outras políticas apresentam para sua trajetória na esfera política. Tendo estudado em boas escolas, Indira também tinha aulas particulares de várias disciplinas e idiomas, e se graduou em Oxford, Inglaterra, uma universidade de excelência. Para os pais de Indira, sua educação era primordial, e devia equipá-la para um futuro em que ela não dependesse de seu marido (Jayakar, 1992).

O *estilo de vida feminino* também se constitui como um facilitador importante dentro desse contexto. Apesar dos aspectos culturais vistos anteriormente na sociedade indiana, Indira possuía uma vivência em parte fora dos padrões e papéis de gênero correntes. Em sua infância, como ela mesma veio a dizer, não se sentia ou se portava diferente de meninos da mesma idade, adorava correr no jardim e subir em árvores. O fato de ser filha única também pode ajudar a compreender esse estilo, uma vez que seus pais não lhe deram nenhum tratamento distinto por ser mulher, pelo contrário, incentivaram sua educação visando sua independência no futuro (Jayakar, 1992).

Da mesma forma, antes de se casar com Feroze Gandhi, Indira não considerava o matrimônio, acreditava que a política era mais importante - e mesmo conversando com seu pai Jawaharlal, ambos diziam que ‘casamento não era tudo’ (Jayakar, 1992). Segundo Hellman-Rajayagam (2013), Indira nunca se sentiu em desvantagem por ser uma menina, e com isso, não se considerava feminista. O que, para esta autora, revela uma visão limitada do feminismo. Indira considerava o feminismo legítimo para aquelas mulheres que sofriam alguma forma de discriminação baseada no seu gênero e que lutavam contra isso. Anos depois, já primeira-ministra da Índia, Indira afirmou mais uma vez que não se considerava feminista, sendo que não gostaria de ser tratada como homem ou como mulher, e sim como ser humano (Derfler, 2011).

No que tange à *experiência política* e à *associação com movimentos de independência* de Indira, é possível ressaltar seu envolvimento com a política desde muito nova. Como já dito, Indira cresceu em uma família com vida política bastante intensa, revelando o surgimento de um grande interesse pela atividade por ela também. Com a participação dos familiares na luta pela independência indiana, Jayakar (1992, p.28) ressalta que Indira ainda em sua infância formou uma brigada de crianças entre cinco e dezoito anos para ajudar na

causa, carregando mensagens de membros do Congresso, preparando refeições e realizando outras pequenas atividades. Ainda muito jovem e no contexto de luta contra o colonialismo britânico, se inscreve algumas vezes para participar como membro no partido do Congresso, a fim de se voluntariar na luta pela liberdade do país, sendo, porém, recusada por sua idade. Para Indira Gandhi, nas palavras de Pupul Jayakar (1992, p.85), “*her close association with the freedom struggle and the stalwarts of the Independence movement had molded her life*”.

Com isso, a vida política de Indira tem início ainda em sua juventude, continuando após alguns anos com a sua efetiva entrada no Congresso. Passa a viajar por todo o país a fim de conhecer seus problemas e acompanhar seu pai em diversas atividades do partido, assim como ele, tornando-se, em 1959, presidente do Congresso. No ano em que seu pai morre e Shastri assume o cargo de primeiro-ministro, Indira integra o novo governo na posição de ministra de Radiodifusão e Informação. O nome de Indira Gandhi, desse modo, se fortaleceu cada vez mais dentro do partido e da política indiana, sendo que em 1966 se elege pela primeira vez primeira-ministra do país (Gupte, 2005; Jayakar, 1992; Janapathy, 2005).

A ideia de *martírio* e *experiências com prisão* revela como esses facilitadores contribuíram para a própria formação política de Indira, além da mobilização social ocasionada por estes. Ao acompanhar o envolvimento de sua família com o movimento independentista, Indira constantemente vivenciou a prisão de seus familiares. Pai, mãe, avô, tios foram presos durante sua juventude. As cartas que trocava com seu pai na prisão, por exemplo, tornaram-se famosas, pois era a maneira com que ambos mantinham o contato. No entanto, não somente conviveu com sua família em muitos períodos na prisão, como a própria Indira já foi presa, juntamente ao seu marido durante os últimos anos de luta pela liberdade do país (Jayakar, 1992; Janapathy, 2005).

Por fim, é interessante destacar a influência do *capital moral*. Baseado em estereótipos e nos padrões de gênero da sociedade indiana, muitos colegas políticos de Indira, antes de sua eleição, acreditavam que ela seria a candidata perfeita por sua ingenuidade e pouca capacidade de construir uma opinião independente, sendo assim, manipulada por eles. Ao começar sua carreira, ela ainda demonstrava ser bastante tímida, ficar muitas vezes em silêncio e ter certa dificuldade em se pronunciar em público. Tal aspecto pode tê-los feito pensar dessa maneira – alguns se referenciavam a ela, por exemplo, como *dumb doll* (Jayakar, 1992).

Depois de eleita pela primeira vez e na disputa pela reeleição, Indira passou a se apoiar mais em figuras de gênero. Após a vitória na guerra contra o Paquistão para a independência e o reconhecimento de Bangladesh, Indira ganhou muita popularidade entre o eleitorado, sendo comparada à deusa Durga – a deusa da guerra segundo a crença hindu. Segundo alguns pesquisadores, o primeiro-ministro paquistanês, assim como muitos outros, não acreditava na possibilidade de uma guerra com a Índia por ter Indira, uma mulher, como atual primeira-ministra à época (Jayakar, 1992).

Com esse termo, Indira também passa a invocar sua condição enquanto mulher e mesmo a maternidade, a primeira-ministra indiana dizia que cuidaria da nação como se fosse seus filhos, e usava o termo de Mãe Índia (*Mother India*) para referir-se a ela própria. Em sua última eleição, em 1980, usou tanto da concepção de gênero quanto da cultura da sociedade para demonstrar que deveria ser eleita e estar presente na política, uma vez que era ‘caçada’ por seus adversários numa forte campanha contra sua imagem, Indira se aproveitou utilizando da psique do povo indiano. Como uma mulher frágil e sozinha, com vários homens tentando destruí-la, lembrou que era filha, irmã e mãe do povo e assim como as fêmeas de qualquer espécie animal em sua cultura nunca deveria ser caçada na Índia (Jayakar, 1992).

3 Benazir Bhutto: O surgimento da ‘*Pakistan people’s sister*’

Benazir Bhutto nasceu em Karachi, Paquistão, no dia 21 de junho de 1953. Ela foi a primeira mulher a ocupar o cargo de primeira-ministra em um país islâmico, assim como a chefe de estado mais nova de seu país. Benazir fez parte de uma dinastia política que teve início com seu pai, Zulfikar Ali Bhutto, que foi presidente e ocupou o cargo de premiê paquistanês.

No dia 2 de dezembro de 1988, Benazir tomou posse como primeira-ministra do Paquistão, dando início ao seu primeiro mandato, que duraria até o ano de 1990. Após ser eleita novamente para a posição, em outubro de 1993, ela governou o país pela segunda vez de 1993 a 1996. Nos anos de 1990-1993, Benazir foi também líder da oposição do governo paquistanês. Os governos de Benazir Bhutto são conhecidos por, de modo muito breve: um alinhamento da política externa paquistanesa com os Estados Unidos durante o primeiro mandato; pela modernização e expansão do programa de armas nucleares do país; pelo alto grau de corrupção e o nepotismo, representados pela acusação de envolvimento de Benazir e seu marido em escândalos de lavagem de dinheiro e histórias de corrupção em indústrias do setor público, entre outros (Naden, 2011; Padrino, 2004; Bhutto, 2008).

Em 27 de dezembro de 2007, enquanto fazia campanha para as eleições nacionais, Benazir Bhutto foi assassinada a tiros, tornando-se ela também um mártir da política paquistanesa. Com a intensa repercussão na mídia nacional e internacional, sua morte tornou-se uma importante fonte de capital moral para o seu filho Bilawal Bhutto Zardari, sucessor na dinastia política dos Bhutto (Fleschenberg, 2009).

Após breve contextualização acerca da primeira-ministra paquistanesa, segue-se a aplicação dos facilitadores no caso em estudo. Primeiramente, serão vistos alguns aspectos nos cenários institucional e contextual do Paquistão, para, em seguida, apresentar-se uma análise dos facilitadores individuais na trajetória política de Benazir Bhutto.

3.1 *Facilitadores Institucionais*

O Paquistão foi definido, em 1956, por meio de sua constituição como uma República Islâmica, em que os “princípios como democracia, liberdade, igualdade, tolerância e justiça social enunciados pelo Islã deveriam ser observados”¹⁰ (Choudhury, 1956; Hakim e Aziz,

¹⁰ Tradução livre. Preâmbulo da Constituição da República Islâmica do Paquistão.

1998). Sendo assim, deve-se ressaltar a importância dos valores islâmicos na formulação da constituição do novo país, uma vez que estes representaram também a justificação da partição do território em relação à Índia.

Tendo isso em mente, é importante considerar que embora houvesse uma concordância geral entre os grupos muçulmanos acerca da promoção de princípios islâmicos, algumas divergências sobre a natureza exata e o conceito de uma constituição islâmica ainda existiram no país (Choudhury, 1956). É o caso, por exemplo, da discordância entre os *ulema*¹¹ e intelectuais e políticos, como Muhammad Ali Jinnah, fundador e primeiro governador do Paquistão independente. O primeiro grupo, visto como bastante conservador, argumentava que o direito de voto deveria se estender a todos os homens adultos e, no caso das mulheres, somente àquelas educadas. Assim, os postos políticos de maior importância deveriam pertencer a homens piedosos e eruditos, já que elas não poderiam ocupar cargos públicos. Por outro lado, Jinnah defendia a igual participação de homens e mulheres na vida social e nacional, abrindo espaço para a atividade delas na política (Choudhury, 1956; Hakim e Aziz, 1998). Desse modo, após um intenso debate entre ambas as posições (contra e a favor da participação política das mulheres), as propostas dos *ulema* sobre a exclusão das mulheres de contestar cargos e votar nas eleições tiveram pouca adesão e foram ignoradas na formulação da constituição do país, garantindo desde o princípio esse direito também para elas (Hakim e Aziz, 1998). Assim, a existência de direitos que garantam o voto e a elegibilidade para as mulheres, nesse caso, pode ser vista como um *facilitador legal*, uma vez que a constituição do Paquistão estabelece a igualdade de todos os cidadãos perante a lei (Müller, 2009).

Um outro aspecto, abordado na forma de *facilitador eleitoral*, seria a existência de políticas afirmativas no sistema político-eleitoral paquistanês. De acordo com Reyes (2002, p.1), os assentos reservados, ou cotas, não são novidade no Paquistão. Todas as constituições do país (em 1956, 1962, 1970, 1973 e 1985) promoveram tal ação afirmativa nos âmbitos de assembleias nacional e provinciais – embora, por exemplo, representassem uma pequena porcentagem dos assentos, entre 5% e 10%, e se dessem por meio de eleições indiretas¹². No entanto, Müller (2009) destaca que tais ações nunca tiveram êxito ao se tratar de atingir

¹¹ Os *ulema*, em sua maioria, representados pelo grupo *Jamiat-i-Ulema*, faziam parte de uma organização muçulmana bastante ativa politicamente durante a luta de independência e a divisão dos territórios da Índia e Paquistão (de maiorias religiosas distintas). Embora, inicialmente, o grupo fosse contrário à criação de um Estado nacional muçulmano, este apresentava princípios e concepções extremamente ortodoxos e tradicionais, sendo quem muitas pessoas questionavam o papel do grupo religioso na política.

¹² É importante destacar, por exemplo, como argumenta Reyes (2002, p.4), que enquanto o governo estabelecia um terço dos assentos reservados nos conselhos locais, o número nas outras esferas políticas, como o Senado, era bem menor.

números significativos de participação política feminina em todos os níveis de tomada de decisão.

No que tange o comprometimento do Estado e dos partidos políticos no Paquistão enquanto *facilitadores políticos*, pode-se remeter a dois aspectos da sociedade paquistanesa no período anterior à ascensão de Benazir Bhutto ao cargo de primeira-ministra: a grande opressão de mulheres no Paquistão durante o regime de lei marcial; e o engajamento partidário na defesa da participação feminina.

Segundo Anita Weiss (1990), com o regime do general Zia ul-Haq¹³ e a declaração de leis marciais em dezembro de 1985, o Paquistão passou por um período de grande repressão e confusão social. O lugar da mulher na sociedade foi atingido em especial, uma vez que o estado tentou definir uma imagem ideal das mulheres baseada em políticas islâmicas - como a separação de escolas e faculdades com base no gênero e, com isso, a falta de investimentos na educação de meninas. Sendo assim, o papel da mulher estava ligado intrinsecamente e somente ao cuidado do lar e filhos, o que impedia, e mesmo desencorajava, a maior participação delas em cargos públicos (Weiss, 1990).

Por outro lado, havia o incentivo partidário por meio da criação de alas femininas e mesmo a publicação de manifestos, como ressalta Weiss (1990) e Müller (2009). O manifesto do Partido Popular do Paquistão (PPP, em inglês *Pakistan Peoples Party*), lançado no ano de 1988, por exemplo, marca a preocupação com a necessidade de reformas para o empoderamento feminino, o emprego e participação política das mulheres, a eliminação de discriminação contra elas, e o apoio à Convenção da Organização das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)¹⁴ (Weiss, 1990).

De forma breve, vê-se que são diversas as formas institucionais com que as mulheres poderiam contar para ingressar na atividade política. A existência de direitos, a possibilidade de elegibilidade, o sistema político parlamentarista, cotas e o comprometimento do Estado e dos partidos revelam instrumentos pelos quais houve a tentativa/impedimento de incluí-las na

¹³ Muhammad Zia ul-Haq foi o general chefe do exército paquistanês, administrador chefe no período de lei marcial e presidente do Paquistão de 1978-1988.

¹⁴ A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (em inglês, *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women*, CEDAW) “foi adotada em 1979 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, representando uma carta internacional de direitos para as mulheres, definindo o que é discriminação e propondo uma agenda de ação para acabar com esta” (UN WOMEN, Disponível em: < <http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/>>).

esfera pública. Como trazem muitos estudiosos da área (Ali, 2009; Müller, 2009; Reyes, 2002; Weiss, 1990), tais medidas mostraram-se ao longo do tempo fracas, e mesmo insuficientes, o que nos faz destinar mais atenção a outros tipos de facilitadores, como veremos a seguir.

3.2 Facilitadores Contextuais

Como visto no caso indiano, os facilitadores contextuais são também importantes para entender o perfil e a ascensão das mulheres na política paquistanesa. Os cenários *socioeconômico e cultural* da população se apresentam de forma bastante diferenciada entre diversos segmentos, e revelam, mais uma vez, o caráter extremamente elitista da atividade política no país. É possível destacar vários elementos, como religião, educação e acesso ao mercado de trabalho, por exemplo, que influenciam a entrada de um número restrito de mulheres na esfera pública.

A relação entre o Islã e a sociedade, como já visto, está bastante presente no Paquistão. O papel e o lugar da mulher representam de forma muito delicada essa complexa relação, tendo em vista, por exemplo que, nesse país, assim como muitos outros que possuem o Islã como principal religião, o nascimento de meninos é, muitas vezes, o mais desejável, representando a continuação de uma linhagem e a herança familiar. O *purdah* e o código de vestimenta impostos pela religião também são elementos que afetam a posição das mulheres na sociedade, atingindo-as de forma diferente de acordo com a região e classe social, mas, em geral, sendo mais restritivos para elas. Um exemplo é a *burqa*, espécie de vestimenta que cobre a mulher da cabeça aos pés deixando somente um pequeno espaço aberto para os olhos, que é bastante tradicional em áreas rurais do Paquistão (Naden, 2011).

Dessa forma, ao se pensar no campo político, questiona-se também através da religião a participação das mulheres. Não somente os hábitos religiosos poderiam impedir a atuação delas, mas também uma imagem da esfera política como, essencialmente, masculina. Com a eleição de Benazir Bhutto para primeira-ministra do país, uma parcela da oposição representada por um grupo de fundamentalistas islâmicos demonstrava um ‘enorme desconforto’ com a presença de uma mulher no cargo político mais alto do Paquistão (Ziring, 1991). Existia, à época, uma grande discussão acerca da possibilidade de uma mulher ocupar a posição de premiê com base nas leis da *sharia*: “um *fatwa* (pronunciamento religioso) estabelecia que a primeira-ministra não era o *amir* (chefe de estado, e sim o presidente, que deveria ser um homem), portanto, representava apenas a liderança de um partido político, e

restrições de gênero não se aplicavam ao cargo”, o que permitiu, por exemplo, que Benazir ocupasse o posto (Weiss, 19990, p.434).

A realidade social das mulheres no Paquistão também ajuda a entender o reduzido número delas na atividade política. Como retrata Weiss (1990, p.437), a posição da maioria das mulheres paquistanesas é similar à de muitas do terceiro mundo, possuem tarefas domésticas e obrigações familiares, baixos níveis de alfabetização e uma cultura política que as inibe de atuar fora dos papéis de gênero estabelecidos. Para se ter uma ideia, destaca-se que três quartos da população feminina do Paquistão vive em áreas rurais, além de que menos de trinta por cento da população em geral é alfabetizada, sendo que os números para a população feminina são ainda mais baixos (Weiss, 1990; Ziring, 1991). Isto é, essa realidade social de uma considerável parcela das mulheres paquistanesas contribui para o quadro de pouca participação na esfera política.

Nas áreas rurais, o lugar da mulher na sociedade e seu papel na divisão do trabalho na produção se diferencia amplamente de acordo com cada região e classe (Alavi, 1988). Para Alavi (1988), é após a Revolução Verde¹⁵, em que muitos camponeses obtêm prosperidade devido a avanços tecnológicos no campo, que a realidade das mulheres passa a ser o confinamento doméstico com o *purdah*, significando seu status social mais alto com a nova riqueza daquela população. Tal aspecto mostra, por exemplo, que a condição econômica pode determinar também os padrões de comportamento e costumes religiosos a serem seguidos pelas mulheres. A ascensão social de uma parte da população rural no Paquistão significou para as pessoas do sexo feminino um novo hábito, que, nesse sentido, pode minar a participação e efetiva atuação das mulheres na arena política.

Já no ambiente urbano, por exemplo, a mulher paquistanesa representa uma grande contribuição para a economia familiar. O problema da inflação e o custo de vida crescente no país são importantes aspectos que culminaram no fato de que elas também deveriam trabalhar, o salário do homem somente já não era mais suficiente, e a força de trabalho cada vez mais contava com a presença delas nas cidades (Alavi, 1988). Isto é, muitas entraram no mercado de trabalho por necessidade financeira e a educação determinava o tipo de empregos que elas poderiam ter (Alavi, 1988; Hakim e Aziz, 1998). O que se vê, desse modo, é uma

¹⁵ Segundo Leide Albergoni e Victor Pelaez (2007, p.32), “apoiada em uma promessa de aumento da oferta de alimentos que proporcionaria a erradicação da fome, a Revolução Verde resultou em um novo modelo tecnológico de produção agrícola que implicou na criação e no desenvolvimento de novas atividades de produção de insumos (químicos, mecânicos e biológicos) ligados à agricultura”.

multiplicidade de famílias que possuem papéis diferenciados para as mulheres, de acordo com a condição social que apresentam e a disponibilidade das mulheres estudarem.

É importante destacar, portanto, que o contexto socioeconômico e cultural se faz bastante presente nas possibilidades para as mulheres fora do âmbito doméstico. Alguns dos exemplos trazidos são determinantes em muitos casos para a participação política delas. Assim, é possível identificar um perfil de mulheres candidatas e daquelas que atuam ativamente na esfera pública: sessenta e quatro por cento das mulheres são razoavelmente bem educadas, com qualificação igual ou superior ao ensino médio; quase sessenta por cento se encontra na faixa etária acima de 45 anos; e cerca de oitenta por cento disputam uma reeleição, mostrando certa experiência política delas em conselhos locais e outros âmbitos políticos mais baixos (Munnawar, 2009). Tais aspectos refletem, desse modo, que a grande maioria de mulheres da população paquistanesa fica de fora da atividade política. Como visto por meio de valores e costumes religiosos, educação, emprego e condição econômica, é necessário transpor a realidade da grande massa de mulheres para chegar a ocupar cargos públicos. A ascensão política de Benazir Bhutto, com isso, demonstra o contraste de sua vivência cultural e socioeconômica em relação à população em geral.

3.3 Facilitadores Individuais

Tendo em vista os cenários brevemente apresentados tanto no âmbito institucional quanto no âmbito contextual, é de grande relevância apresentar os facilitadores individuais no caso de Benazir Bhutto, enfatizando as características pessoais da primeira-ministra que influenciaram em maior grau sua entrada na esfera política. Como já visto, o *background* elitista de candidatas na atividade política revela o sucesso e facilidade com que estas atuam e são recebidas nesse domínio de predominância masculina. Assim, pretende-se analisar nesta seção a importância de elementos individuais na ascensão da premiê paquistanesa.

Em primeiro lugar, destaca-se a relevância dos *laços familiares* como um importante facilitador individual. Benazir nasceu em uma rica e proeminente família paquistanesa: os Bhutto, conhecidos por sua influência na arena política, assim como sua grande riqueza e posse de terras na província de Sindh, Paquistão (Naden, 2011). De fato, segundo Ziring (1991), Benazir era uma personalidade pública já enquanto criança, estava inserida em uma vivência altamente politizada, era a filha de um político importante e conheceu grandes personalidades públicas nacionais e internacionais.

Zulfikar Ali Bhutto, pai de Benazir, possuía grande interesse pela política do país, tendo se tornado o membro mais novo da delegação paquistanesa na Organização das Nações Unidas. Zulfikar assumiu também, durante os primeiros anos de independência do Paquistão, o posto de ministro de relações exteriores. Posteriormente, em decorrência dos conflitos nas regiões de Jammu e Kashmir e a discordância com o general Muhammad Ayub Khan, que governava o país, criou o Partido Popular do Paquistão (PPP), com o lema de promover a democracia pelo país. Em 1973, com a adoção de uma constituição reconhecendo o país como um Estado islâmico, Zulfikar Ali Bhutto foi nomeado primeiro-ministro paquistanês, uma vez que era o líder da maioria na Assembleia Nacional (Naden, 2011).

Devido ao forte envolvimento do pai na atividade política, Benazir cresceu em um ambiente altamente politizado. Para Fleschenberg (2013), Zulfikar Ali Bhutto a preparou desde sempre para a carreira política, fazendo-a acompanhá-lo em diversos encontros políticos e importantes viagens de trabalho, como no caso das negociações de paz indo-paquistanesas com Indira Gandhi, em 1972. Enquanto estudava nos Estados Unidos, por exemplo, seus pais faziam questão de lhe enviar semanalmente jornais do Paquistão, para que se mantivesse informada da situação política em seu país (Padrino, 2004). Assim, a socialização que teve, junto de seus familiares e personalidades públicas, foi grande responsável por influenciar Benazir em seu interesse pela política.

Outro facilitador individual de grande importância, e que está associado à questão dos laços familiares, é a *classe social* de Benazir Bhutto. Segundo Padrino (2004), os Bhutto representavam uma classe feudal no Paquistão, membros de uma família rica com numerosos empregados para atender suas necessidades e confortos. A autora traz ainda que a família Bhutto, assim como outras famílias feudais tradicionais na região, possuía grande autoridade e exercia certo poder sobre as pessoas em suas terras, o que demonstra também seu envolvimento com a política localmente.

Desse modo, o fato de Benazir pertencer a uma família abastada de grande renome local e nacional está também conectado a outros aspectos, como a sua *formação educacional*. Este outro facilitador retrata como a carreira acadêmica de Benazir Bhutto é semelhante à de outras líderes políticas, o que reflete uma educação de excelência em grandes instituições e universidades. Tal aspecto, frente ao nível de desenvolvimento humano da grande população no Paquistão, onde, por exemplo, somente uma pequena parcela tem acesso ao ensino secundário e terciário, mostra o caráter elitista de sua trajetória (Fleschenberg, 2013).

Benazir Bhutto, assim como sua irmã mais nova Sanam Bhutto, recebeu educação de qualidade desde cedo juntamente com seus outros dois irmãos homens, Murtaza e Shahnawaz Bhutto. O fato de ser mulher não influenciou de forma alguma a visão dos pais de que as filhas requeriam um bom ensino. De tal maneira, Benazir tornou-se a primeira mulher de sua família a estudar fora, tendo estudado Ciência Política em Radcliffe, Universidade de Harvard nos Estados Unidos e na Universidade de Oxford no Reino Unido. Porém, mesmo antes de frequentar tais instituições de excelência fora do Paquistão, Benazir sempre estudou em boas escolas, além de ser instruída em várias disciplinas com aulas particulares. Sabe-se também que Benazir Bhutto falava fluentemente o inglês e o urdu, língua nacional de seu país (Padrino, 2004; Naden, 2011; Fleschenberg, 2013).

O *estilo de vida feminino* revela-se também como outro facilitador individual a ser considerado. A criação dela, em uma família rica como já visto, garantia uma vida confortável e praticamente sem restrições. O fato de ser mulher nunca se apresentou como distinção no tratamento dentro de casa, e mesmo acerca de alguns costumes religiosos. Segundo Naden (2011), em certa ocasião, a líder ainda quando criança foi vestida por sua mãe Nusrat, uma muçulmana xiita, com uma *burqa*. Como retrataria depois, tal fato foi uma decepção e a reação de seu pai Zulfikar demonstra como Benazir sempre teve grande liberdade na forma de se vestir e de se comportar com base em seu gênero: “Deixe-a ser julgada pelo seu caráter e sua mente, não por suas roupas”¹⁶(Naden, 2011). Durante seus anos em Radcliffe, por exemplo, Benazir abandonou suas túnicas tradicionais paquistanesas e passou a adotar calças jeans e camisetas (Padrino, 2004).

Para a primeira-ministra paquistanesa, não havia dúvida que ela e sua irmã teriam as mesmas oportunidades que seus irmãos. Nem mesmo dentro da prática do Islã. Para Benazir, sua religião não a impedia de realizar nada, eram as interpretações que os homens deram à religião que criaram barreiras às oportunidades para as mulheres. Quanto à questão do casamento, por exemplo, ela dizia que sua mãe a ensinava que uma mulher deveria ser criada para casar e ter filhos, ela acreditava que a filha não deveria ser educada, já que assim nenhum homem gostaria de se casar com ela (Padrino, 2004). Por outro lado, Benazir e seu pai se posicionavam frente ao assunto de maneira totalmente diferente, viam a educação como prioridade, e depois, se assim quisesse, ela mesma decidiria o que fazer de sua vida, casada ou não (Naden, 2011; Padrino, 2004; Bhutto, 2008).

¹⁶ Tradução Livre.

É possível destacar também como um importante facilitador individual nesse contexto a *experiência política* de Benazir Bhutto anteriormente à sua chegada ao cargo de primeira-ministra. Além da experiência obtida por meio da vivência familiar, com o envolvimento político de seu pai, o encontro desde jovem com importantes líderes de governo de diversos países, entre outros, Benazir mostrou um ávido interesse não somente pela política e realidade de seu país, mas também do mundo todo. Enquanto estudava nos Estados Unidos, por exemplo, participou ativamente na defesa de várias causas como a oposição à guerra do Vietnã, auxílio às vítimas de um ciclone no Paquistão Oriental (futuro Bangladesh), o movimento americano de liberação feminina, entre outros (Naden, 2011; Padrino, 2004).

Já durante seus anos em Oxford, Benazir participava de uma espécie de clube de debates políticos (*debating society*), tornando-se posteriormente presidente do mesmo. Embora participasse sempre das discussões, Benazir não demonstrava nenhum interesse em seguir carreira política, e acreditava que ao retornar ao Paquistão seguiria sua vida profissional na diplomacia (Naden, 2011; Padrino, 2004).

Após o ano de 1977, no entanto, em que o general Zia anunciou um golpe de estado, com a saída de Zulfikar Ali Bhutto do poder, suspendeu-se a constituição e impôs-se a lei marcial no país. O pai de Benazir é assassinado e a filha passa a se envolver mais nos assuntos do partido. Com a liberdade cada vez mais restringida pelo regime de Zia, Benazir, que naquele momento representava a oposição, fora presa diversas vezes. Em janeiro de 1984, por causa de uma infecção no ouvido, Benazir é liberada pelo governo a ir a Europa realizar uma cirurgia, passando a viver em exílio. Com isso, passou a fazer uma forte campanha contra o regime de Zia no exterior, fazendo palestras, falando em parlamentos e expondo as violações de direitos que aconteciam em seu país. Cada vez mais, Benazir representava uma nova geração dos Bhutto no PPP, e seu envolvimento político estava mais e mais ligado à luta pela democracia no país (Naden, 2011; Padrino, 2004; Bhutto, 2008).

Depois passar oito anos no exílio, Benazir Bhutto retorna ao Paquistão e se casa com Asif Ali Zardari. Embora não acreditasse no casamento, a líder o vê como o preço a se pagar por ter uma vida na esfera política. Como mulher, seria aceitável que fosse política somente se fosse casada e, segundo Naden (2011), sua devoção ao povo e ao país a fez aceitar um casamento arranjado por sua mãe. Desse modo, nas eleições de 1988, Benazir Bhutto constituía o principal nome do PPP. Embora muitos pensassem que o matrimônio a afastaria da atividade política, Benazir demonstrou o contrário, fazendo campanha eleitoral mesmo

grávida e com a vitória nas urnas, assumindo o cargo de primeira-ministra enquanto ainda era mãe de primeira viagem.

Como visto anteriormente, a experiência de Benazir Bhutto com *prisões* e o *martírio* de seu pai podem representar relevantes facilitadores individuais do caso em estudo. Durante o período posterior ao golpe de Muhammad Zia ul-Haq, seu pai Zulfikar Ali Bhutto representava uma forte ameaça ao regime marcial. Sendo, dessa forma, preso por várias vezes por fazer oposição ao governo, como o principal líder do PPP. O general Zia ao ver a popularidade de Bhutto, no entanto, cerceou cada vez mais a liberdade de seu principal preso político, sendo que Benazir viu seu pai pela última vez em abril de 1979, e logo após o governo teria anunciado sua morte, por enforcamento. O assassinato de Zulfikar Ali Bhutto, nesse sentido, representou um momento de grande comoção e mobilização social em prol da família Bhutto. Benazir, que passou a ser vista como a figura sucessora de seu pai na política, obteve bastante apoio popular e seguiu seus passos dentro do partido (Naden, 2011; Padrino, 2004; Bhutto, 2008).

Embora, a premiê paquistanesa tenha se beneficiado em grande parte pelo carisma de seu pai e a popularidade causada pelas diversas vezes em que fora preso e também por seu assassinato, a própria Benazir Bhutto esteve frequentemente ameaçada e em cárcere. Com a morte de Zulfikar Ali Bhutto, ela representava a figura da oposição no Paquistão, sendo assim, foi presa por defender o fim do regime de Zia e a promoção da democracia no país. Como já visto, por problemas de saúde foi permitida a sair do país e passou alguns anos em exílio no exterior. Ao retornar ao país, Benazir ainda encontrou bastante dificuldade, sendo presa novamente por algumas vezes, e mesmo ameaçada de morte (Naden, 2011; Padrino, 2004; Bhutto, 2008). Tais aspectos mostram como a filha teria aprendido a lidar politicamente com a situação de seu pai ser considerado um mártir, por exemplo, e mesmo se tornado alvo político do regime de situação (Weiss, 1990).

Finalmente, tem-se a questão do *capital moral* como importante recurso para a entrada de mulheres na atividade política no sul do continente asiático, o que não se mostra de forma diferente, neste caso, para Benazir Bhutto. Tal facilitador individual reflete, como citado anteriormente, a utilização de valores e princípios para atingir objetivos políticos. Assim, é importante ressaltar, por exemplo, o alto capital moral que Benazir Bhutto angariou em sua primeira campanha para primeira-ministra paquistanesa com o aspecto da tragédia pessoal de seu pai. Tal fator pode ser entendido juntamente com a questão das prisões e do martírio em

sua família, destacada acima. Benazir conseguiu se apropriar de maneira bastante satisfatória do discurso de que a agonia e execução de seu pai estavam intrinsecamente ligados à luta e ao passado político do país (Ziring, 1991; Fleschenberg, 2013). O que gerou, conseqüentemente, grande mobilização e apoio do povo paquistanês, e mesmo sua vitória nas eleições.

Ainda com relação à imagem de seu pai, a primeira-ministra paquistanesa capitalizou também o valor da família como algo central para a sociedade e, então, política de seu país. Muitos a enxergavam como a continuação do legado de Zulfikar Ali Bhutto e a própria Benazir fazia questão de reforçar tal sensação de unidade na família, ao falar, por exemplo, que ela estaria carregando também a visão de seu pai: “Eu gosto de pensar que estou carregando a visão de meu pai de um Paquistão democrático. Ele estabeleceu o caminho para uma sociedade em que não deve haver discriminação com base no sexo, raça ou religião, e eu também estou lutando por isso”¹⁷ (Weiss, 1990, p.436).

Outro ponto que pode ser observado como capital moral no caso de Benazir Bhutto é, sem dúvida, a questão de gênero. Embora invocasse a dinastia Bhutto mais uma vez na política paquistanesa, Benazir, diferentemente de Indira Gandhi por exemplo, não se colocava como uma mãe da nação, e sim como uma irmã. Nas palavras dela, a irmã do povo paquistanês (Fleschenberg, 2013). Pode-se questionar que sua intenção não era, portanto, usar a maternidade como uma virtude na atividade política, mas ainda sim revelava o caráter altamente familiar e a importância da instituição família para sua participação na arena pública.

É interessante destacar esse ponto uma vez que o gênero sempre se configurava como algo relevante para outras pessoas ao tratarem da premiê, porém a mesma não chegou a apoiar-se em um maternalismo ou mesmo papéis de gênero para conseguir seus objetivos políticos. Tal perspectiva se justifica, por exemplo, com as fortes críticas enfrentadas por Benazir de que não daria atenção devida ao cargo político a ela confiado, tendo em vista o nascimento de seu filho e as responsabilidades domésticas e de mãe que ela teria (Ziring, 1991). Isto é, seria incapaz de cumprir suas obrigações em ambas as esferas, pública e privada. O fato de considerarem seu marido culpado pelo alto grau de corrupção em seu governo, e não ela, também pode ilustrar a visão de que como mulher Benazir somente traria virtudes para a atividade política (Fleschenberg, 2013).

¹⁷ Tradução Livre.

Por fim, é possível notar o uso da religião como um forte recurso nos discursos de Benazir Bhutto. O respeito ao Islã pode ser visto aqui como uma forma de capital moral na campanha e vida política da primeira-ministra paquistanesa. Em várias de suas conferências e falas, Benazir argumenta acerca da importância de se manter coerente à palavra islâmica. Assim, enquanto a primeira mulher eleita para o cargo de premiê em um país de maioria muçulmana, ela ressalta sua obrigação em esclarecer a diferença entre os ensinamentos da religião e os tabus sociais que definiam uma sociedade patriarcal, de subordinação às mulheres, por exemplo (Panhwar, 2009). Este último ponto revela, desse modo, mais um capital moral que Benazir mobiliza a seu favor, a defesa dos direitos das mulheres e o empoderamento feminino (Fleschenberg, 2013). Tendo tido contato com o movimento de mulheres tanto no Paquistão quanto no exterior, a premiê considerava a pauta de grande importância em sua agenda política, e para tanto, tentava conciliar dois aspectos a primeira vista bem dicotômicos: a liberação feminina e a religião islâmica.

Conclusão

A participação política de mulheres em altos cargos de poder é uma questão amplamente discutida ao se pensar em empoderamento feminino. O fato de que as mulheres são grande parte das sociedades, praticamente metade dos habitantes na Índia e no Paquistão, por exemplo, levanta o questionamento de por que elas não estão presentes aproximadamente na mesma proporção em diversos âmbitos do mercado de trabalho e da esfera política. No que concerne à política, cada vez mais, está presente em debates e campanhas nacionais e internacionais a ideia de que elas devem compor nosso quadro de representantes, não somente garantindo um panorama mais plural e representativo, como também incluindo e defendendo pautas ignoradas em um contexto em que elas estão sub-representadas.

O modelo analítico utilizado neste trabalho - composto pela combinação entre uma estrutura teórica trazida por Kazuki Iwanaga e facilitadores de outros estudiosos da área - revela a presença de uma série de aspectos que devem ser levados em consideração ao se analisar a trajetória, assim como a chegada de mulheres na arena política no sul do continente asiático. Como explanado anteriormente, a categorização desses aspectos, ou facilitadores, ilustra o auxílio e a dificuldade enfrentada pelas lideranças femininas em diferentes esferas: institucional, contextual e individual.

Desse modo, os casos das primeiras-ministras Indira Gandhi e Benazir Bhutto se mostraram de elevada importância para a compreensão do papel dos diferentes facilitadores envolvidos na temática. O caminho percorrido por ambas as líderes até o cargo político mais relevante de seus países se apresentou de maneira bastante similar, enfatizando a verossimilhança entre o modelo analítico proposto e a apresentação dos estudos de caso.

Primeiramente, pode-se ver a força dos facilitadores institucionais dentro do percurso político dessas líderes, o que se vê, sem dúvida, é uma crescente no encorajamento à participação das mulheres, a cada dia mais, leis e campanhas que incentivam a atuação efetiva delas na política são criadas. De forma breve, foi visto que a implementação de ações afirmativas (cotas), manifestos partidários, regras eleitorais e direitos igualitários, entre outros, são importantes ferramentas no combate à discriminação e subalternização feminina na atividade política. Estes são essenciais e corroboram para a transformação do domínio público político de predominantemente masculino para uma esfera mais “*women friendly*”. Porém, deve-se atentar também para o fato de que isoladamente os facilitadores institucionais não se mostram suficientes para aumentar em número e efetividade a participação delas nos

diversos níveis de instituições políticas, e em especial, naqueles considerados de maior poder, como o cargo de presidentes e premiês.

Por outro lado, tem-se também a influência dos facilitadores contextuais. Tanto no caso de Indira Gandhi quanto no caso de Benazir Bhutto, é possível observar como valores culturais e religiosos e costumes estão enraizados nas sociedades indiana e paquistanesa. São aspectos como estes, juntamente com a realidade socioeconômica das mulheres, que acabam, na maioria das vezes, por constituir empecilhos à atuação política feminina. Isso se justifica uma vez que papéis de gênero e regras de comportamento impostos pela religião, assim como uma condição social mais baixa, podem ser questionados dentro do próprio conceito de facilitadores nos estudos de caso, por exemplo. Estes elementos não encorajam ou auxiliam na participação política das mulheres, mas, como visto de forma breve, se apresentam como obstáculos à atuação delas na arena pública.

Com isso, faz-se fundamental ressaltar por meio dos estudos de caso apresentados neste trabalho que estas duas categorias propostas na estrutura analítica de Iwanaga (2008), facilitadores institucionais e facilitadores contextuais, apresentam limitações. No entanto, não se deve desprezar de modo algum a relevância destas para a análise de participação política feminina. O que se pretende argumentar é que no cenário das líderes em questão, assim como outras em outros países da região sul da Ásia, são facilitadores individuais que, em grande medida, auxiliam na chegada ao poder dessas mulheres. O que revela, portanto, a maior ênfase dada a essa categoria de facilitadores.

Por fim, os facilitadores individuais possuem, de fato, grande peso na ascensão de mulheres à atividade política. Não se pode dizer, entretanto, o diferente peso que existe entre eles para a chegada ao poder de cada uma das líderes. Com os estudos de caso, é possível ver que cada trajetória apresenta suas peculiaridades. Não existem evidências suficientes, por exemplo, para afirmar que o capital moral apresenta maior importância que a formação educacional, ou que a experiência política de muitas delas seja irrelevante. Talvez, a única asserção que possa ser feita, e que é trazida frequentemente pela literatura no tema, é a questão dos laços familiares. O caráter dinástico que a política sul-asiática tem faz questionar a possibilidade de participação que outras líderes políticas teriam se não tivessem ligações familiares com importantes figuras da esfera pública de seus países.

Referências Bibliográficas

ALAVI, Hamza. Pakistan: Women in a Changing Society. **Economic and Political Weekly**, Vol. 23, No. 26, pp.1328-1330, 1988.

ALI, Shahnaz Wazir. Women's Representation in the Politics of Pakistan. **The Gender Face of Asian Politics**. Oxford University Press, 2009.

ALLWOOD, Gill; WADIA, Khursheed. Women's Representation in France and India. **Canadian Journal of Political Science**, Vol. 37, No. 2, pp.375-393, 2004.

AYAZ, Aazar; FLESCHENBERG, Andrea. Sharing Personal Experiences: Women in Pakistani Politics. **The Gender Face of Asian Politics**. Oxford University Press, 2009.

BHUTTO, Benazir. **Daughter of Destiny: An Autobiography**. Harper Collins, 2008.

CHOUDHURY, G. W.. The Constitution of Pakistan. **Pacific Affairs**, Vol. 29, No. 3, pp. 243-252, 1956.

DAHLERUP, Drude. Gender Quotas in Politics: Empowerment from Above or from Below?. **Women's Political Participation and Representation in Asia**. NIAS Press, 2008.

_____. The Effect of Electoral Gender Quotas – ‘Quota Women’ in Politics. **The Gender Face of Asian Politics**. Oxford University Press, 2009.

DASGUPTA, Swapan. The Life of Indira Gandhi. **Third World Quarterly**, s.d.

DERFLER, Leslie. **The Fall and Rise of Political Leaders: Olof Palme, Olusegun Obasanjo and Indira Gandhi**. Palgrave Macmillan, 2011.

DERICHS, Claudia. Strategy, Action, Transition: Women as Agents of Change. **The Gender Face of Asian Politics**. Oxford University Press, 2009.

DERICHS, Claudia; THOMPSON, Mark R. Introduction. **Dynasties and Female Political Leaders in Asia: Gender, Power and Pedigree**. LIT, 2013.

FLESCHENBERG, Andrea. Asia's Women Politicians at the Top: Roaring Tigresses or Tame Kittens? . **Women's Political Participation and Representation in Asia**. NIAS Press, 2008.

_____. South and Southeast Asia. **Women in Executive Power: a global overview**. Editora Routledge, 2011.

_____. Some Introductory Reflections. **The Gender Face of Asian Politics**. Oxford University Press, 2009.

_____. Benazir Bhutto: Her People's Sister? A Contextual Analysis of Female Islamic Governance. **Dynasties and Female Political Leaders in Asia: Gender, Power and Pedigree**. LIT, 2013.

FORBES, Geraldine. **Women in Modern India**. Cambridge University Press, 2007.

GANDHI, Indira. **True Liberation of Women**. Inauguration of the All-India Women's Conference Building Complex. New Delhi, March 26, 1980.

GOPALAN, Jayalakshmi. **Women in Politics in South Asia**. Prajnya Resource Centre on Women in Politics and Policy. Background Paper Series, No. 1, January 2012.

GUPTA, Madhu. Women in Indian Politics. **Anusandhanika**, Vol. IX, No. II, pp. 49-54, 2011.

GUPTE, Pranay. **Mother India: A Political Biography of Indira Gandhi**. Penguin Books, 2009.

HAKIM, Abdul; AZIZ, Azra. Socio-cultural, Religious, and Political Aspects of the Status of Women in Pakistan. **The Pakistan Development Review**, pp. 727-746, 1998.

HELLMAN-RAJANAYAGAM, Dagmar. The Pioneers: Durga Amma, the only man in cabinet. **Dynasties and Female Political Leaders in Asia: Gender, Power and Pedigree**. LIT, 2013.

_____. Durga Amma and St. Sonia, the Redeemer – Images of Women Politicians in India. **The Gender Face of Asian Politics**. Oxford University Press, 2009.

IYER, Lakshmi; MANI, Anandi; MISHRA, Prachi; TOPALOVA, Petia. **The Power of Political Voice: Women's Political Representation and Crime in India**. 2012. Disponível em: < <http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/economics/staff/academic/mani/aejapp-2011-0220-revision-manuscript.pdf>>. Acesso em: 7 maio 2014.

IWANAGA, Kazuki. Introduction - Women and Politics in Asia: A Comparative Perspective. **Women's Political Participation and Representation in Asia**. NIAS Press, 2008.

JAHAN, Rounaq. Women in South Asian Politics. **Third World Quarterly**, Vol. 9, No. 3 (Jul., 1987), pp.848-870.

JALALZAI, Farida; KROOK, Mona Lena. Beyond Hillary and Benazir: Women's Political Leadership Worldwide. **International Political Science Review**, 31 (1), 2010, pp. 5-23.

JALALZAI, Farida. Women Rule: Shattering the Executive Glass Ceiling. **Politics and Gender**, 4 (2008), pp. 205-231.

_____. Women Political Leaders: Past and Present. **Women and Politics**, Vol. 26 (3/4) 2004, pp. 85-108.

JANAPATHY, Varalakshmi. **Indira Gandhi: Woman of India's Destiny**. Kalpaz Publications, 2005.

JAYAKAR, Pupul. **Indira Gandhi: An Intimate Biography**. Pantheon Books, 1992.

KAUSHIK, Baljit. Role of Women in Indian Politics. **Research Expo International Multidisciplinary Research Journal**, March 2013.

LIJPHART, Arend. The Puzzle of Indian Democracy: A Consociational Interpretation. **American Political Science Review**, Vol. 90, No. 2, 1996.

- LISWOOD, Laura. **Women Striving to Reach the Top**. Politics Had its Price: The Life and Work of Maria Liberia Peters.
- MEHRA, Ajay K. O Sistema política partidário da Índia. **Cadernos Adenauer VII**, No. 3, 2007.
- MODAK, Saraswati. Status of Women in India. **Anusandhanika**, Vol. IX, No. II, pp. 69-72, 2011.
- MOLYNEUX, Maxine. Mobilization without Emancipation? Women's Interests, the State, and Revolution in Nicaragua. **Feminist Studies**, 11:2 (1985: Summer) p.227.
- MÜLLER, Marion R.. The Private Roots of Public Participation: Women's Engagement in Democratic Politics in Pakistan. **The Gender Face of Asian Politics**. Oxford University Press, 2009.
- MUNNAWAR, Riffat. Decentralization and Women's Participation in Local Governance. **The Gender Face of Asian Politics**. Oxford University Press, 2009.
- NADEN, Corinne. **Leading Women: Benazir Bhutto**. Marshall Cavendish Benchmark, New York, 2011.
- OKIN, Susan. Gênero, o público e o privado. **Revista de Estudos Feministas**, n. 16, vol. 2, 2008; pp. 305-332.
- OMVEDT, Gail. Women in Governance in South Asia. **Economic and Political Weekly**, Vol. 40, No. 44/45 (Oct. 29 – Nov. 4, 2005), pp. 4746-4752.
- PADRINO, Mercedes. **Women in Politics: Benazir Bhutto**. Chelsea House Publishers, Philadelphia, 2004.
- PANHWAR, Sani. **Benazir Bhutto: Selected Speeches from 1989-2007**. 2009.
- REYES, Socorro. **Quotas in Pakistan: A Case Study**. International Institute for Democracy and Electoral Assistance, Jakarta, Indonesia, 2002.
- RICHTER, Linda. Exploring Theories of Female Leadership in South and Southeast Asia. **Pacific Affairs**, Vol. 63, No.4 (Winter, 1990-1991), pp. 524-540.
- THOMPSON, Mark R. Female Leadership of Democratic Transitions in Asia. **Pacific Affairs**, Vol. 75, No. 4 (Winter, 2002-2003), pp. 535-555.
- TRUE, Jacqui et al. **Women's Political Participation in Asia and the Pacific**. Conflict Prevention and Peace Forum. 2012 Women's Political participation Report Asia-Pacific.
- UN WOMEN. **Hearts and Minds: Women of India Speak, Shaping the Post-2015 Development and Discourse**. 2013.
- WEISS, Anita. Benazir Bhutto and the Future of Women in Pakistan. **Asian Survey**, Vol.30, No.5, pp. 433-445, 1990.

ZIRING, Lawrence. Benazir Bhutto: A Political Portrait. **Asian Affairs**, Vol. 18, No. 3, pp.178-189, 1991.